

GÊNEROS TEXTUAIS E ENSINO:
UMA REFLEXÃO SOBRE A LEITURA NA ESCOLA

Aline de Azevedo Gaignoux (UERJ)
alinegaignoux@yahoo.com.br

RESUMO

A classificação de textos é de total importância, não só nas pesquisas ligadas à linguagem, mas também no ensino de língua. Aprende-se uma língua para ler e produzir textos, e estes não existem fora de um gênero textual. Trabalhar com textos é, portanto, uma forma de se inserir em uma cultura e dominar uma língua. Ao ensinar alguém a lidar com textos, ensina-se mais do que usos linguísticos, ensinam-se operações discursivas de produção de sentidos. A comunicação em uma sociedade se realiza a partir de formas relativamente estáveis de textos que funcionam como intermediários entre o enunciador e o destinatário, isto é, gêneros. Nessa perspectiva, os gêneros são instrumentos para agir discursivamente, devem, pois, ser o ponto de partida para as aulas de língua portuguesa; são tidos, por conseguinte, como as unidades concretas nas quais se deve dar o ensino. Dessa forma, o primeiro passo ao se pensar nos gêneros textuais como o caminho para o ensino de língua materna é delimitar quais devem estar presentes na sala de aula. Será que existe algum gênero ideal para o trabalho na escola? Será que existem gêneros que são mais importantes que outros? Com base nessas questões, o presente artigo pretende apresentar reflexões acerca do trabalho com os gêneros textuais na escola, focalizando a leitura na sala de aula. Pretende-se ainda apresentar as principais orientações dos *Parâmetros Curriculares Nacionais* sobre o tema e uma breve distinção entre gênero textual e modos de organização do discurso.

Palavras-chave: Gêneros textuais. Leitura. Ensino

1. Introdução

É fato que a classificação de textos é de total importância, não só nas pesquisas ligadas à linguagem, mas também no ensino – seja do idioma nacional ou de línguas estrangeiras – já que o objetivo primeiro é capacitar o aluno a produzir e interpretar textos com diferentes finalidades sociais. Aprende-se, pois, uma língua para ler e produzir textos, e estes não existem fora de um gênero textual. Trabalhar com textos é, portanto, uma forma de se inserir em uma cultura e dominar uma língua.

De acordo com Marcuschi (2008, p. 90), “quando se ensina alguém a lidar com textos, ensina-se mais do que usos linguísticos”: ensinam-se operações discursivas de produção de sentidos dentro de uma dada cultura com determinados gêneros como formas de ação linguística.

Segundo o autor, a comunicação em uma sociedade se realiza a partir de formas relativamente estáveis de textos que funcionam como intermediários entre o enunciador e o destinatário, isto é, gêneros. Nessa perspectiva, os gêneros são instrumentos que “fundam a possibilidade de comunicação (e de aprendizagem)”, são “instrumentos para agir discursivamente” (MARCUSCHI, 2008, p. 212), conseqüentemente devem ser o ponto de partida para as aulas de língua portuguesa.

Essa concepção de ensino privilegia a produção, a leitura e a análise dos diferentes gêneros, de cuja circulação social, conforme ressalta Antunes (2009, p. 213), “somos agentes e testemunhas”. Os gêneros são tidos, por conseguinte, como as unidades concretas nas quais se deve dar o ensino.

Tendo em vista que todos os textos se manifestam sempre num ou noutro gênero textual, um maior conhecimento do funcionamento dos gêneros textuais é importante tanto para a produção como para compreensão. Em certo sentido, é esta a ideia básica que se acha no centro dos *Parâmetros Curriculares Nacionais*, quando sugerem que o trabalho com o texto deve ser feito na base dos gêneros, sejam eles orais ou escritos... (MARCUSCHI, 2007, p. 34-35)

Esse tipo de proposta demonstra uma visão de língua como um conjunto de práticas sociais e enxerga os gêneros nessa mesma linha. A produção textual, nessa perspectiva, constitui uma atividade que se situa em contextos da vida cotidiana. Os gêneros são tratados como “formas históricas com uma relativa estabilidade e que circulam na sociedade para consumo dos falantes e leitores em geral”. (MARCUSCHI, 2009, p. 217)

Para Bronckart (*apud* MARCUSCHI, 2009, p. 221), “os textos são um objeto legítimo de estudo”. O autor ressalta que a análise de seus níveis de organização permite trabalhar a maioria dos problemas relativos à língua em todos os seus aspectos. Dessa forma, o trabalho com os gêneros é de extrema relevância na medida em que eles são instrumentos de adaptação e participação na vida social e comunicativa.

Antunes (2009, p. 38) acredita que o estudo do gênero possibilitaria identificar a intenção global subjacente a cada texto e os objetivos particulares de cada parágrafo; prever o(s) destinatário(s) e suas condições de participação no curso do evento comunicativo; estabelecer os critérios de ordenação e seqüência dos vários segmentos do texto, em respeito à sua estrutura esquemática; seguir as normas de paragrafação e as convenções de apresentação de cada gênero; analisar e sistematizar as

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

noções e normas gramaticais e lexicais próprias de cada gênero e das condições de circulação desse gênero.

Oliveira (2007, p. 80) destaca ainda outra utilidade dos gêneros textuais:

O ensino de interpretação de textos também se beneficia da classificação de gêneros. Temos de ler uma obra ficcional, por exemplo, sem esperar dela veracidade. Lendo uma notícia, ao contrário, “cobramos” do jornal que a veicula um compromisso com a verdade dos fatos, e é natural que o façamos. Quem lesse um desses gêneros como se fosse outro não conseguiria interpretar adequadamente o texto.

No ensino de uma maneira geral, e em sala de aula de modo particular, é possível tratar dos gêneros na perspectiva explicitada e levar os alunos a produzirem e/ou analisarem eventos linguísticos os mais diversos (ou seja, textos), tanto escritos como orais, e identificarem as características de cada um dos gêneros estudados. Esse tipo de trabalho é um exercício que, além de instrutivo, também permite praticar a produção textual.

É inegável, portanto, que os gêneros textuais podem apoiar um trabalho de estudo da língua bem mais significativo e consistente. Antunes (2009, p. 49) salienta que “usar a linguagem é uma forma de agir socialmente, de interagir com os outros, e essas coisas só acontecem em textos”.. À vista disso, os gêneros são formas de atuação social e prática de interação dialógica.

O primeiro passo ao se pensar nos gêneros textuais como o caminho para o ensino de língua materna é delimitar quais gêneros devem estar presentes na sala de aula. Será que existe algum gênero ideal para o trabalho em sala de aula? Será que existem gêneros que são mais importantes que outros?

Para Marcuschi (2009, p. 206),

há gêneros mais adequados para a leitura, pois tudo indica que em certos casos somos confrontados apenas com um consumo receptivo e em outros casos temos que produzir os textos. Assim, um bilhete, uma carta pessoal e uma listagem são importantes para todos os cidadãos, mas uma notícia de jornal, uma reportagem e um editorial são gêneros menos praticados pelos indivíduos, mas lidos por todos.

De acordo com os *Parâmetros Curriculares Nacionais*, há gêneros mais adequados para a leitura, outros que são mais proveitosos para a produção escrita e ainda aqueles produtivos nas duas modalidades.

Vale insistir na ideia de que o trabalho com gêneros será uma forma de dar conta do ensino dentro de um dos vetores da proposta oficial dos *Parâmetros Curriculares Nacionais*, conforme será apresentado no item a seguir.

2. Parâmetros curriculares nacionais

Os *Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa* (1998) defendem que o uso da língua, em textos orais e escritos, deve ser o eixo do ensino. Dessa forma, os gêneros textuais são o ponto de partida para o ensino de língua portuguesa. Entre os objetivos desse ensino, foram incluídas metas como ampliação da competência comunicativa dos alunos, e outras congêneres.

O principal objetivo desse documento é voltar-se para as discussões curriculares da área em curso há vários anos em muitos estados e municípios e apresentar propostas didáticas que auxiliem os professores em sala de aula.

Os *Parâmetros Curriculares Nacionais* (1998) acreditam que o domínio da linguagem, como atividade discursiva e cognitiva, e o domínio da língua, como sistema simbólico utilizado por uma comunidade linguística, são condições de possibilidade de plena participação social. Desse modo, evidencia um projeto educativo que se pretende comprometido com a democratização social e cultural e atribui à escola a função e a responsabilidade de contribuir para garantir a todos os alunos o acesso aos saberes linguísticos necessários para o exercício da cidadania. Ressalta que

essa responsabilidade é tanto maior quanto menor for o grau de letramento das comunidades em que vivem os alunos. Considerando os diferentes níveis de conhecimento prévio, cabe à escola promover sua ampliação de forma que, progressivamente, durante os oito anos do ensino fundamental, cada aluno se torne capaz de interpretar diferentes textos que circulam socialmente, de assumir a palavra e, como cidadão, de produzir textos eficazes nas mais variadas situações. (PCN, 1998, p. 18)

É importante explicar que, na visão dos *Parâmetros Curriculares Nacionais* (1998, p. 18), letramento é entendido como “produto da participação em práticas sociais que usam a escrita como sistema simbólico e tecnologia”. São, portanto, práticas discursivas que precisam da escrita para torná-las significativas, ainda que às vezes não envolvam as atividades específicas de ler ou escrever.

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOGIA

Para que as propostas dos *Parâmetros Curriculares Nacionais* sejam compreendidas integralmente, é necessário evidenciar as concepções de linguagem, discurso e texto adotadas nesse documento.

A abordagem apresentada entende que interagir pela linguagem significa realizar uma atividade discursiva: “dizer alguma coisa a alguém, de uma determinada forma, num determinado contexto histórico e em determinadas circunstâncias de interlocução” (PCN, 1998, p. 20-21). Dessa forma, as escolhas feitas ao produzir um discurso são decorrentes das condições em que o discurso é realizado, isto é, durante a interação verbal, o discurso é organizado a partir das finalidades e intenções do locutor, dos conhecimentos que ele acredita que o interlocutor possua sobre o assunto, do que supõe serem suas opiniões e convicções, simpatias e antipatias, da relação de afinidade e do grau de familiaridade entre locutor e interlocutor, da posição social e hierárquica que ocupam.

As condições de produção do discurso determinam as escolhas do gênero no qual ele se realizará, os procedimentos de estruturação e a seleção de recursos linguísticos. É claro que, num processo de interlocução, isso nem sempre ocorre de forma deliberada ou de maneira a antecipar-se à elocução. Normalmente, é durante o processo de produção que as escolhas são feitas, nem sempre (e nem todas) de maneira consciente.

Nessa perspectiva, o discurso, quando produzido, “manifesta-se linguisticamente por meio de textos” (PCN, 1998, p. 21). O texto é, por conseguinte, o produto da atividade discursiva oral ou escrita que forma um todo significativo qualquer, é “uma sequência verbal constituída por um conjunto de relações que se estabelecem a partir da coesão e da coerência”. (PCN, 1998, p. 21)

Nessa concepção interacionista, todo texto se organiza dentro de determinado gênero em função das intenções comunicativas, como parte das condições de produção dos discursos, as quais geram usos sociais que os determinam. Os gêneros são estabelecidos historicamente e constituem formas relativamente estáveis de enunciados, disponíveis na cultura. São caracterizados por três elementos: conteúdo temático, o que é ou pode tornar-se dizível por meio do gênero; construção composicional, estrutura particular dos textos pertencentes ao gênero; estilo, configurações específicas das unidades de linguagem derivadas, sobretudo, da posição enunciativa do locutor.

A partir das concepções descritas acima, os *Parâmetros Curriculares Nacionais* (1998) apresentam as propostas para o ensino de língua

portuguesa. A visão apresentada chama atenção para o fato de que uma educação comprometida com o exercício da cidadania precisa criar condições para que o estudante desenvolva sua competência discursiva. Um dos aspectos dessa competência é “o sujeito ser capaz de utilizar a língua de modo variado, para produzir diferentes efeitos de sentido e adequar o texto a diferentes situações de interlocução oral e escrita” (PCN, 1998, p. 23). Para que esse objetivo seja alcançado, a unidade básica de ensino deve ser o texto:

Os textos organizam-se sempre dentro de certas restrições de natureza temática, composicional e estilística, que os caracterizam como pertencentes a este ou aquele gênero. Desse modo, a noção de gênero, constitutiva do texto, precisa ser tomada como objeto de ensino. Nessa perspectiva, necessário contemplar, nas atividades de ensino, a diversidade de textos e gêneros, e não apenas em função de sua relevância social, mas também pelo fato de que textos pertencentes a diferentes gêneros são organizados de diferentes formas. (PCN, 1998, p. 23)

Em nota de rodapé, são expostos os conceitos de competência discursiva, competência linguística e competência estilística. A primeira refere-se a um sistema de contratos semânticos responsável por uma espécie de filtragem que opera os conteúdos em dois domínios interligados que caracterizam o dizível: o universo intertextual e os dispositivos estilísticos acessíveis à enunciação dos diversos discursos. A segunda está ligada aos saberes que o falante/intérprete possui sobre a língua de sua comunidade e utiliza para construção das expressões que compõem os seus textos, orais e escritos, formais ou informais, independentemente de norma padrão, escolar ou culta. E a última corresponde à capacidade de o sujeito escolher, dentre os recursos expressivos da língua, os que mais convêm às condições de produção, à destinação, finalidades e objetivos do texto e ao gênero e suporte.

Nessa concepção, a compreensão e a produção de textos (nas modalidades oral e escrita) pertencentes a diversos gêneros supõem o desenvolvimento de diversas capacidades que devem ser enfocadas nas situações de ensino.

É fato, portanto, que o texto deve ser o eixo do ensino de língua materna, a partir dos gêneros textuais. Estes, contudo, representam um número quase ilimitado de textos que circulam na sociedade. Quais devem ser selecionados para a sala de aula? Para os *Parâmetros Curriculares Nacionais* (1998, p. 24),

os gêneros variam em função da época (epopeia, *cartoon*), das culturas (*haikai*, cordel) das finalidades sociais (entreter, informar), de modo que,

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOGIA

mesmo que a escola se impusesse a tarefa de tratar de todos, isso não seria possível. Portanto, é preciso priorizar os gêneros que merecerão abordagem mais aprofundada.

Sem negar a importância dos textos que respondem a exigências das situações privadas de interlocução, em função dos compromissos de assegurar ao aluno o exercício pleno da cidadania, é preciso que as situações escolares de ensino de língua portuguesa priorizem os textos que caracterizam os usos públicos da linguagem. Os textos a serem selecionados são aqueles que, por suas características e usos, podem favorecer a reflexão crítica, o exercício de formas de pensamento mais elaboradas e abstratas, bem como a fruição estética dos usos artísticos da linguagem, ou seja, os mais vitais para a plena participação numa sociedade letrada.

Por usos públicos da linguagem,

entendem-se aqueles que implicam interlocutores desconhecidos que nem sempre compartilham sistemas de referência, em que as interações normalmente ocorrem à distância (no tempo e no espaço), e em que há o privilégio da modalidade escrita da linguagem. Dessa forma, exigem, por parte do enunciador, um maior controle para dominar as convenções que regulam e definem seu sentido institucional. (1998, p. 24)

A partir dos critérios estabelecidos no referido documento, a escola deve privilegiar textos de gêneros que aparecem com maior frequência na realidade social e no universo escolar, tais como notícias, editoriais, cartas argumentativas, artigos de divulgação científica, verbetes enciclopédicos, contos, romances, entre outros.

É conveniente ressaltar, entretanto, que “a inclusão da heterogeneidade textual não pode ficar refém de uma prática estrangulada na homogeneidade de tratamento didático, que submete a um mesmo roteiro cristalizado de abordagem uma notícia, um artigo de divulgação científica e um poema” (PCN, 1998, p. 26). Nesse sentido, a diversidade não pode abranger apenas a seleção textual; precisa contemplar também a diversidade que acompanha a recepção a que os diversos textos são submetidos nas práticas sociais de leitura.

A proposta didática deve orientar-se de forma heterogênea: a leitura de um artigo de divulgação científica não pode ser realizada da mesma forma que a de um conto. Para esta, a realização de anotações à margem, a elaboração de esquemas e de sínteses não são necessárias, para aquela, em função de sua finalidade, essas atividades tornam-se importantes. A respeito da especificidade do texto literário, é válido lembrar que

constitui uma forma peculiar de representação e estilo em que predominam a força criativa da imaginação e a intenção estética. Não é mera fantasia que na-

da tem a ver com o que se entende por realidade, nem é puro exercício lúdico sobre as formas e sentidos da linguagem e da língua. Como representação um modo particular de dar forma às experiências humanas, o texto literário não está limitado a critérios de observação fatural (ao que ocorre e ao que se testemunha), nem às categorias e relações que constituem os padrões dos modos de ver a realidade e, menos ainda, às famílias de noções/conceitos com que se pretende descrever e explicar diferentes planos da realidade (o discurso científico). Ele os ultrapassa e transgredir para constituir outra mediação de sentidos entre o sujeito e o mundo, entre a imagem e o objeto, mediação que autoriza a ficção e a reinterpretar o mundo atual e dos mundos possíveis. (PCN, 1998, p. 26)

Os *Parâmetros Curriculares Nacionais* (1998) lembram ainda que o texto literário também se distingue do ponto de vista linguístico: ainda que, em muitos casos, os aspectos formais do texto se relacionem aos padrões da escrita, sempre a composição verbal e a seleção dos recursos linguísticos obedecem à sensibilidade e a preocupações estéticas. Nesse processo construtivo original, o texto literário está livre para romper os limites fonológicos, lexicais, sintáticos e semânticos traçados pela língua: “esta se torna matéria-prima (mais que instrumento de comunicação e expressão) de outro plano semiótico na exploração da sonoridade e do ritmo, na criação e recomposição das palavras, na reinvenção e descoberta de estruturas sintáticas singulares, na abertura intencional a múltiplas leituras pela ambiguidade, pela indeterminação e pelo jogo de imagens e figuras”. (PCN, 1998, p. 27)

Com base no que foi exposto, é possível afirmar que, a partir das orientações dos *Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa* (1998, p. 27), as atividades curriculares dessa disciplina devem estar voltadas para “uma prática constante de escuta de textos orais e leitura de textos escritos e de produção de textos orais e escritos, que devem permitir, por meio da análise e reflexão sobre os múltiplos aspectos envolvidos, a expansão e construção de instrumentos que permitam ao aluno, progressivamente, ampliar sua competência discursiva”. Nessa concepção, a linguagem deve ser entendida como atividade discursiva, o texto como unidade de ensino e a noção de gramática como relativa ao conhecimento que o falante tem de sua linguagem.

Os *Parâmetros Curriculares Nacionais* (1998) apresentam uma tabela que organiza os gêneros privilegiados para o estudo na escola. Para o trabalho com o texto literário os gêneros privilegiados foram:

3. *Prática de escuta e leitura de textos*

LINGUAGEM ORAL	LINGUAGEM ESCRITA
<ul style="list-style-type: none"> • cordel, causos e similares • texto dramático • canção 	<ul style="list-style-type: none"> • conto • novela • romance • crônica • poema • texto dramático

Para a prática de produção de textos orais e escritos, a orientação dos *Parâmetros Curriculares Nacionais* (1998) acerca dos textos literários segue o seguinte quadro:

LINGUAGEM ORAL	LINGUAGEM ESCRITA
<ul style="list-style-type: none"> • canção • textos dramáticos 	<ul style="list-style-type: none"> • conto • poema • crônica

Conforme ressaltam os *Parâmetros Curriculares Nacionais* (1998), formar leitores é um processo que postula condições favoráveis, não só em relação aos recursos materiais disponíveis, mas, especialmente, em relação ao uso que se faz deles nas práticas de leitura. Algumas dessas condições são as seguintes:

- A escola deve dispor de uma biblioteca em que sejam colocados à disposição dos alunos, inclusive para empréstimo, textos de gêneros variados, materiais de consulta nas diversas áreas do conhecimento, almanaques, revistas, entre outros.
- É desejável que as salas de aula disponham de um acervo de livros e de outros materiais de leitura. Mais do que a quantidade, nesse caso, o importante é a variedade que permitirá a diversificação de situações de leitura por parte dos alunos.
- O professor deve organizar momentos de leitura livre em que também ele próprio leia, criando um circuito de leitura em que se fala sobre o que se leu, trocam-se sugestões, aprende-se com a experiência do outro.
- O professor deve planejar atividades regulares de leitura, assegurando que tenham a mesma importância dada às demais. (PCN, 1998, p. 71)

O documento ressalta que “ler por si só já é um trabalho” (PCN, 1998, p. 72), logo não é necessário que a cada texto lido se apresente um conjunto de tarefas a serem realizadas.

É necessário destacar que, mais do que a mobilização para aquisição e preservação do acervo, é fundamental um projeto coerente de todo o trabalho escolar em torno da leitura. Por conseguinte, todo professor, não apenas o de língua portuguesa, é também professor de leitura.

Ao falar em gêneros textuais é necessário ainda explicitar uma questão de crucial importância, principalmente para as práticas de leitura e produção textual: a diferença entre modo de organização do discurso (também chamado de sequência textual e tipo textual) e gênero textual.

4. Gêneros textuais e modos de organização do discurso

Ficou claro, com base nas exposições anteriores, que o ensino de língua portuguesa deve ter como eixo os gêneros textuais, uma vez que nos comunicamos por meio de textos, e estes sempre se encaixam em um determinado gênero. A importância desse eixo é, pois, indiscutível. Nessa perspectiva, a reflexão sobre o que define um gênero textual se faz imprescindível.

De acordo com Marcuschi (2007, p. 19),

os gêneros textuais são fenômenos históricos, profundamente vinculados à vida cultural e social. Fruto de trabalho coletivo, os gêneros contribuem para ordenar e estabilizar as atividades comunicativas do dia a dia. São entidades sociodiscursivas e formas de ação social incontornáveis em qualquer situação comunicativa. Caracterizam-se como eventos textuais altamente maleáveis, dinâmicos e plásticos. Surgem emparelhados a necessidades e atividades socioculturais, bem como na relação com inovações tecnológicas, o que é facilmente perceptível ao se considerar a quantidade de gêneros textuais hoje existentes em relação a sociedades anteriores à comunicação escrita.

Segundo o autor, “os gêneros textuais surgem, situam-se e integram-se funcionalmente nas culturas em que se desenvolvem” (2007, p. 20). Suas funções comunicativas, cognitivas e institucionais caracterizam-nos mais do que suas peculiaridades linguísticas e estruturais.

Marcuschi (2007, p. 22) ressalta que

embora os gêneros textuais não se caracterizem nem se definam por aspectos formais, sejam eles estruturais ou linguísticos, e sim por aspectos comunicativos e funcionais, isso não quer dizer que estejamos desprezando a forma. Pois é evidente, como se verá, que em muitos casos são as formas que determinam o gênero e, em outros tantos serão as funções. Contudo, haverá casos em que será o próprio suporte ou o ambiente em que os textos aparecem que determinam o gênero presente...

O autor salienta que “é impossível se comunicar verbalmente a não ser por algum gênero, assim como é impossível se comunicar verbalmente a não ser por algum texto”. (2007, p. 20), ou seja, a comunicação verbal só é possível por algum gênero textual. Ainda de acordo com o referido autor, essa posição é adotada pela maioria dos estudiosos que

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOGIA

tratam a língua em seus aspectos discursivos e enunciativos, e não em suas peculiaridades formais, privilegiando a natureza funcional e interativa, não apenas o aspecto formal e estrutural da língua. Nessa visão, a língua é entendida como atividade social, histórica e cognitiva.

Nesse contexto, os gêneros textuais “se constituem como ações sociodiscursivas para agir sobre o mundo e dizer o mundo, constituindo-o de algum modo”. (MARCUSCHI, 2007, p. 20)

Bakhtin (1993, p. 262) utiliza a nomenclatura “gêneros do discurso” e define-os como “tipos relativamente estáveis de enunciados”. De acordo com o estudioso, para se definir o gênero devem ser levados em conta os seguintes aspectos: conteúdo temático, estilo e construção composicional. Assim, todo gênero se define por três dimensões essenciais: 1) os conteúdos, 2) a estrutura, 3) a linguagem (sequências textuais e tipos discursivos).

Marcuschi (2011, in BAZERMAN, 2011, p. 13) lembra que “um gênero é condicionado por outro e não se dá solto na realidade sócio-histórica”, o que significa que a própria vida social e a atuação são encaidadas por uma série de textos que funcionam como seus enquadres e, ainda que os gêneros sejam bastante tipificados, “eles permitem mudanças, conjugações, misturas, inter-relações”. Portanto, “dominar gêneros é agir politicamente”. (*Idem, ibidem*)

Bazerman (2011, p. 51) traz uma explicação sócio-histórica de gênero como “uma série de categorias culturalmente salientes e sempre em mudança, que moldam os espaços da atividade literária em qualquer época e lugar”. Para o autor, os gêneros são o que as pessoas reconhecem como tal em qualquer momento do tempo.

Antunes (2009) ressalta que a tipicidade dos gêneros se origina de outra tipicidade anterior: a das situações em que os textos se efetivam, situações que são também culturalmente construídas, mas ressalta que, embora típicos e de estáveis, são também flexíveis, isto é, variam no decorrer do tempo, das situações, conforme a própria trajetória cultural diferenciada dos grupos em que acontecem. Variam ainda porque assumem novas formas, novas representações e valores; porque alteram sua frequência de ocorrência ou, ainda, porque surgem com características novas, isto é, surgem gêneros novos (o e-mail, o blog, a teleconferência, por exemplo).

A autora explica que tais variações acentuam, por um lado, o aspecto heterogêneo das atividades verbais e, por outro, o caráter inter-relacional das propriedades da textualidade, pois “cada variação de um texto significa, na verdade, uma resposta pessoal do sujeito às condições concretas de produção e circulação de seus discursos”. (ANTUNES, 2009, p. 55)

De acordo com Oliveira (2007, p. 81-82), “um gênero textual é um item de determinada cultura: um conto ou um memorando é um produto cultural, tanto quanto uma bicicleta ou um creme de barbear”.

Marcuschi (2008) acredita que a determinação do gênero se dá basicamente pela função e não pela forma, uma vez que cada gênero tem um propósito bastante claro que o determina e lhe dá uma esfera de circulação: “quando dominamos um gênero textual, não dominamos uma forma linguística e sim uma forma de realizar linguisticamente objetivos específicos em situações particulares”. (MARCUSCHI, 2008, p. 154)

De acordo com essa visão, “a apropriação de dos gêneros é um mecanismo fundamental de socialização, de inserção prática nas atividades comunicativas humanas” (BRONCKART, 1999, p. 103, *apud* MARCUSCHI, 2008). Os gêneros são, portanto, formas culturais e cognitivas de ação social.

Marcuschi (2008) apresenta também a noção de “domínio discursivo”, que designa uma esfera ou instância de produção discursiva ou de atividade humana. São domínios discursivos o jornalístico, o literário, o publicitário, o legislativo, o burocrático, o científico. Gêneros textuais, como notícia, editorial ou crônica esportiva pertencem ao domínio discursivo jornalístico; ao literário, o conto, o romance, a epopeia; do burocrático, fazem parte o memorando, o ofício, o requerimento e assim por diante. Constituem, pois, práticas discursivas dentro das quais podemos identificar um conjunto de gêneros textuais que, às vezes, lhes são próprios (em certos casos exclusivos) como práticas ou rotinas comunicativas institucionalizadas.

Após a reflexão sobre o conceito de gênero textual, é importante analisar a relação entre os gêneros e os modos de organização do discurso (também chamados de tipos textuais e sequências textuais).

A expressão “modo de organização do discurso” (CHARAUDEAU, 2008) é utilizada para denominar uma espécie de sequência teoricamente definida pela natureza linguística de sua composição (aspectos le-

xicais, sintáticos, tempos verbais, relações lógicas) bem como pela função que desempenha no conjunto, que é o texto. Geralmente, abrange categorias conhecidas como narração, descrição, argumentação, exposição e injunção. Já a expressão “gênero textual”, conforme foi evidenciado anteriormente, refere-se aos textos encontrados na vida diária que apresentam características sociocomunicativas definidas pelo contexto de produção, conteúdo, propriedades funcionais, estruturação do texto.

Há autores que utilizam a expressão “tipo textual” ao falar dos modos citados acima. Marcuschi (2008, p. 154-155), por exemplo, adota essa nomenclatura e define os tipos textuais como

uma espécie de construção teórica {em geral uma sequência subjacente aos textos} definida pela natureza linguística de sua composição {aspectos lexicais, sintáticos, tempos verbais, relações lógicas, estilo}. O tipo caracteriza-se muito mais como sequências linguísticas (sequências teóricas) do que como textos materializados; a rigor, são modos textuais. Em geral, os tipos textuais abrangem cerca de meia dúzia de categorias conhecidas como: narração, argumentação, exposição, descrição, injunção. O conjunto de categorias para designar tipos textuais é limitado e sem tendência a aumentar. Quando predomina um modo num dado texto concreto, dizemos que esse é um texto argumentativo ou narrativo ou expositivo ou descritivo ou injuntivo.

Para o autor, em contraposição aos tipos, os gêneros são entidades empíricas em situações comunicativas e se expressam em designações diversas, constituindo em princípio listagens abertas, ou seja, são praticamente ilimitados.

Oliveira (2007, p. 81) adota a expressão “modo de organização do discurso”, terminologia escolhida também pela presente pesquisa. Para o autor, os modos de organização pertenceriam ao plano intratextual, uma vez que enfocam a estrutura interna do texto; já os gêneros, ao plano extratextual, visto que estão relacionados às finalidades dos textos e às situações comunicativas em que são produzidos.

Os diferentes modos de organização do discurso nem sempre aparecem isoladamente, havendo, normalmente uma imbricação entre eles. Em romances e contos, por exemplo, a narração do enredo conjuga-se com a descrição do espaço e das personagens. Por outro lado, em textos científicos, pode-se encontrar a combinação de exposição, descrição e injunção. A abordagem de assuntos polêmicos pode conjugar, por exemplo, a argumentação na defesa de pontos de vista com passagens narrativas e descritivas.

Dessa forma, cada gênero textual pode construir-se a partir da combinação de seqüências de base descritiva, narrativa, expositiva, argumentativa e injuntiva, com características e objetivos definidos. Há, por conseguinte, correlação entre os gêneros textuais e os modos de organização do discurso, conforme explica Oliveira (2007, p. 82):

O fato de os gêneros – e os domínios em que se enquadram – dependerem de aspectos culturais (portanto extratextuais) não significa que não haja correlação entre certos domínios e gêneros, por um lado, e determinados modo de organização, por outro e, embora o que os modos tenham de essencial típicos sejam traços de natureza intratextual, existe uma correlação entre eles e determinadas *situações comunicativas* propensas a fazê-los aparecer, isto é, modos, gêneros e domínios se inter-relacionam, como não podia deixar de ser.

Oliveira (2007) destaca outro ponto importante em relação aos modos e aos gêneros: os modos, não sendo típicos de determinadas culturas, são universais, isto é, tendem a existir em todas elas. Manifestam-se de diferentes formas em diferentes culturas, todavia tal fato não nega sua universalidade.

A existência mesma desses modos de organizar o texto. Os pós-modernos não narram do mesmo modo que os românticos, nem estes o fazem como os naturalistas; não se argumenta hoje como no século XVIII, nem os nativos de uma tribo australiana descrevem paisagens do mesmo modo que nós... (OLIVEIRA, 2007, p. 83)

Outra diferença entre modos e gêneros é que um texto, do início ao fim, pertence ao mesmo gênero. “Não é possível um conto, a partir de determinado parágrafo, transformar-se numa receita culinária ou num memorando, no entanto tendem a coocorrer num mesmo texto seqüências pertencentes a diferentes modos de organização textual” (OLIVEIRA, 2007, p. 83). Os modos “só aparecem em estado 'puro' no nível microestrutural” (*idem, ibidem*). É possível identificar o modo de organização de um parágrafo, de uma frase, de um fragmento de frase etc., mas não do texto como um todo. Neste, haverá a predominância de determinado modo sobre os demais.

O que pode ocorrer, por exemplo, é a inserção de um gênero em outro (por exemplo: uma carta contida num romance, um poema numa piada, um e-mail numa ata de reunião), fenômeno textual completamente diferente da coexistência de dois ou mais modos num mesmo texto. Conforme ressalta Oliveira (2007), nessas inserções, a relação entre o texto inserido e aquele no qual se insere é de continente e de conteúdo.

Oliveira (2007, p. 83), relaciona o conceito de Bakhtin com o de contrato de comunicação, ressaltando que

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

Na verdade, cada gênero textual está associado a um *contrato de comunicação*, ou seja, a um conjunto de “direitos” e “deveres” de quem produz o texto e de quem o interpreta. Cada gênero, de acordo com o contrato de comunicação que a ele subjaz, aceita determinada temática, determinada macroestrutura textual, certas estruturas sintáticas, certo vocabulário etc. e rejeita outros.

Contrato de comunicação é um conceito estabelecido por Charau-deau (2008, p. 60) e constitui-se pelo conjunto das restrições que codificam as práticas sociolinguageiras, as quais resultam das condições de produção e interpretação do ato de linguagem. De acordo com Oliveira (2007, p. 83), “a própria relação de quem fala ou escreve com a veracidade do conteúdo da mensagem é objeto do contrato de comunicação de cada gênero”.

Correlacionando este conceito com Bakhtin, Oliveira (2007, p. 84) faz a seguinte consideração:

O *conteúdo temático* típico de um gênero é o conjunto dos possíveis temas abordáveis nos textos a ele pertencentes, de acordo com o contrato de comunicação que o rege. Esse conteúdo está ligado ao universo em que se inserem as possíveis situações comunicativas em que tal gênero é produzido. Há temas adequados e inadequados para uma piada, para uma conferência, para um sermão etc. O *estilo* – da maneira como Bakhtin emprega o termo – corresponde a determinadas escolhas, feitas dentre as opções oferecidas pelo sistema da língua e aceitáveis dentro do contrato de cada gênero. É a “estilística da língua” de Bally que Bakhtin se refere quando fala em estilo. E a *construção composicional* exigida pelo contrato de comunicação é um conjunto das macroestruturas textuais permitidas por esse contrato. É, pois, a superestrutura do texto.

Em outras palavras, o que é permitido ou interdito num ato de linguagem, dentro de um tipo mais ou menos padronizado de situação comunicativa, constitui as convenções de um gênero textual, que são contrato de comunicação desse gênero.

Dessa forma, segundo o autor, não há texto que não se enquadre em um gênero, não existe gênero que não obedeça a um contrato de comunicação, e não há contrato de comunicação que não se refira a uma situação comunicativa.

5. Considerações finais

É inegável a importância do trabalho com os gêneros textuais nas aulas de língua portuguesa, estes devem ser o ponto de partida para o ensino de língua materna, na medida em que nos comunicamos por meio de textos, os quais sempre se inserem em um gênero textual.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Em síntese, é válido tomar os gêneros, e conseqüentemente os modos, como referência para o estudo da língua e para o desenvolvimento de competências em fala, em escuta, em leitura e em escrita dos fatos verbais com que interagimos socialmente.

O trabalho de leitura/produção textual na escola precisa, portanto, propiciar ao aluno a identificação e a incorporação de estratégias de organização do discurso que garantam sua unidade e eficiência, visto que um enunciado oral ou escrito é considerado um texto quando forma um todo coeso e coerente, constituindo um espaço de produção e circulação de significados, resultado da interação que se estabelece entre os interlocutores.

Conclui-se, com base nas reflexões apresentadas, que o ensino de língua que privilegia o trabalho com os gêneros textuais mostra-se excelente oportunidade de lidar com a língua em seus mais diversos usos, uma vez que nada do que for feito linguisticamente estará fora de ser feito em algum gênero.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, I. *Língua, texto e ensino: outra escola possível*. São Paulo: Parábola, 2009.

BAKHTIN, M. M. *A estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

BAZERMAN, C. *Gêneros textuais, tipificação e interação*. São Paulo: Cortez, 2011.

BRASIL. MEC/SEB. *Parâmetros curriculares nacionais: língua portuguesa*. Brasília: 1998.

<<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/portugues.pdf>>. Acesso em: 05-11-2013.

CHARAUDEAU, P. *Linguagem e discurso: modos de organização*. São Paulo: Contexto, 2008.

MARCUSCHI, L. A. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola, 2008.

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

_____. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, A., MACHADO, A.; BEZERRA, M. (Orgs.). *Gêneros textuais e ensino*. 5. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.

OLIVEIRA, H. F. Língua padrão, língua culta, língua literária e contrato de comunicação. *Cadernos do CNFL*. Rio de Janeiro, ano 7, n. 10, p. 84-94, ago.2003.

_____. Gêneros textuais e conceitos afins: teoria. In: VALENTE, A. (Org.). *Língua portuguesa e identidade: marcas culturais*. Rio de Janeiro: Caetés, 2007.